



CONEPA
CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES
E PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

11ª Edição 2024 | 29 e 30 de novembro de 2024
Fortaleza, Ceará (Região Nordeste)

IDENTIFICAÇÃO DE MICRORREGIÕES DE GOVERNANÇA MUNICIPAL NO BRASIL

Djalma Ribeiro Costa
Bacharel em Administração Pública
Secretaria de Estado da Saúde do Piauí
djalmacosta1@gmail.com

Resumo

A urbanização historicamente desordenada e assimétrica no Brasil possui associação com indicadores de desenvolvimento socioeconômico e com as práticas de governança municipal, formando microrregiões de governança. Este artigo visa conhecer a distribuição espacial do Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração (IGM-CFA) em 2024, reconhecer as microrregiões de governança onde municípios compartilham entre si as práticas de governança. Este artigo inova ao utilizar um indicador relativamente novo e serve aos administradores públicos para reconhecer localidades com boas práticas que podem servir aos municípios com piores indicadores de governança.

Palavras-chave: Governança. Microrregiões. Desenvolvimento.

Abstract

Historically disordered and asymmetric urbanization in Brazil is associated with socioeconomic development indicators and municipal governance practices, forming micro-regions of governance. This article aims to know the spatial distribution of the Municipal Governance Index of the Federal Council of Administration (IGM-CFA) in 2024, to recognize the governance micro-regions where municipalities share governance practices among themselves. This article innovates by using a relatively new indicator and serves public administrators to recognize localities with good practices that can serve municipalities with worse governance indicators.

Keywords: Governance. Micro-regions. Development.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de urbanização é desordenado e assimétrico entre regiões, com muitos locais de pobreza e miséria (FERREIRA, 2000; SAFFIOTI; ACKERMANN, 1973). As suas dimensões continentais fazem com que a implementação de modelo de gestão espacialmente homogêneo seja desafiadora e utópica (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

A aplicação de divisões espaciais para intervenções do poder público tem sido uma prática comum em várias partes do mundo e em diferentes níveis. Diversas experiências de planejamento regional utilizaram essas divisões territoriais como um elemento crucial em suas ações. Essas divisões espaciais permitem observar os diferentes impactos de uma mesma política pública, considerando as particularidades de cada local (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Nesse sentido, é no município onde ocorrem o planejamento e operacionalização de políticas com foco em aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e gerenciais. Isto significa que as instituições públicas nesses recortes espaciais geram sabedoria organizacional que auxiliam o administrador público nas tomadas de decisão (RODRIGUES; ESPANHOL; GUZZO, 2021).

Nesse escopo, surgiu, por iniciativa do Conselho Federal de Administração (CFA), o índice de governança municipal (IGM-CFA). Ele é um indicador composto por três dimensões (finanças, gestão e desempenho) e possibilita uma análise detalhada da gestão municipal. Apesar de existir desde 2017, tem sido pouco explorado e há poucas publicações sobre ele (RODRIGUES; ESPANHOL; GUZZO, 2021).

A relevância deste trabalho se encontra na inovação de utilizar um indicador pouco explorado no meio acadêmico sobre a Administração Pública, além de ser pioneiro na análise espacial do IGM-CFA 2024 em busca de microrregiões similares em governança municipal, servindo, afinal, aos próprios administradores públicos para reflexão crítica e inovação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança Pública no Brasil

O contexto público contemporâneo visa uma gestão eficiente da tríade Estado-Mercado-Sociedade, com o objetivo de melhorar o desempenho, otimizar o uso dos recursos públicos e aumentar a responsabilidade governamental. Nesse sentido, o Banco Mundial define governança como a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais, com foco no desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 1998; TEIXEIRA; GOMES, 2019).

A boa governança não só aumenta a qualidade de vida alinhada às expectativas do cidadão e do gestor, mas também favorece a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento, sendo significativa na construção dos pressupostos da reforma estatal, tornando o Estado menos burocrático e mais gerencial (BRESSER-PEREIRA, 1998; TEIXEIRA; GOMES, 2019).

A governança pública surgiu no Brasil com a Emenda Constitucional nº 19 de 1998, incluindo o princípio da eficiência na Constituição Federal de 1988. Para avaliar o grau de eficiência, a governança pública se baseia em instrumentos como sistemas de freios e contrapesos, estruturas de controle interno e externo, Códigos de Ética Profissional dos Servidores Públicos, bem como faz uso de indicadores de desempenho e diagnósticos para mensurar a eficiência das esferas governamentais (AZEVEDO; BURGOS, 2014; COSTA; BETIOL; TEIXEIRA, 2022; FARIA, 2022; TEIXEIRA; GOMES, 2019).

2.2 Desenvolvimento e Planejamento Regionais

Historicamente, as políticas de desenvolvimento e planejamento regionais buscaram incluir diversos setores e atores com diferentes interesses, integrando suas demandas na agenda pública conforme sua urgência e força política. Nos anos 1990, essas políticas se tornaram mais setoriais, dificultando o ordenamento territorial e marcando o fim do planejamento regional tradicional. Isso levou a um desenvolvimento regional fragmentado, à exclusão de certos lugares e setores produtivos e à hierarquia territorial (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Milton Santos contribuiu para esse entendimento ao afirmar que, quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos. O território se reorganiza constantemente para atender às demandas da produção. Setores econômicos buscam se localizar em espaços que respondam eficientemente às exigências do capitalismo, utilizando o espaço como mercadoria com seus atributos naturais e artificiais (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

O Estado, ao mediar conflitos relacionados ao colapso das tradicionais políticas de planejamento que não atenuam desigualdades regionais, cria uma coesão social ao alinhar pensamento, planejamento e ação, unindo valores sociais e institucionais. Nesse contexto, as políticas públicas funcionam como mecanismos que conectam processos econômicos e políticos, impactando o espaço e a sociedade. As políticas de planejamento regional são destacadas por sua importância em oferecer opções setoriais que visam romper ciclos de pobreza e desigualdades espaciais (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

2.3 Teorias da Governança Municipal

A Governança Municipal envolve um conjunto de processos que abrange os recursos e serviços de um município. Essa prática é responsável por assegurar que os serviços sejam prestados com eficiência, responsabilidade social e, acima de tudo, transparência. (MARKETING PLENUS, 2023).

Esse modelo de administração local resultou de uma resposta ao modelo burocrático. O sociólogo norte-americano Robert Merton (1971) denunciou a possibilidade de a burocracia, ao evitar o debate de suas técnicas, engendrar algumas disfunções, como a incapacidade treinada, a psicose ocupacional e a deformação profissional (ANDRADE, 2018).

A força motriz desta nova gestão local foi a crise do Welfare State no final do século passado que implicou dificuldades financeiras por todo o mundo. Cortar gastos com pessoal e buscar aumentar a eficiência governamental através da produtividade, gestão por objetivos, empoderamento e descentralização tornaram-se prioridade (ANDRADE, 2018).

A administração pública municipal no Brasil ainda apresenta traços patrimonialistas do período colonial, como a dificuldade em diferenciar o público do privado, nepotismo e clientelismo. Além disso, a administração pública gerencial não é predominante, e as administrações locais enfrentam várias dificuldades, incluindo a implementação de novos instrumentos de gestão, planejamento, obtenção de recursos, infraestrutura de tecnologia da informação, arrecadação de tributos, transparência, participação social e atualização de documentos e patrimônio (ANDRADE, 2018)

Apesar destes aspectos, a governança Municipal é uma das áreas mais importantes da administração pública, por ser responsável por gerenciar os recursos e serviços que afetam diretamente a vida dos cidadãos. Uma boa governança implica uma gestão pública mais eficiente, transparente e participativa, capaz de promover o bem-estar da população e de garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental do município (ASSESSORIA DE IMPRENSA, 2023).

2.4 Índice de Governança Municipal

O IGM-CFA surgiu em 2017 como uma ferramenta de avaliação da qualidade da gestão pública dos municípios brasileiros, permitindo a identificação de pontos fortes e fracos da administração pública e incentivando a melhoria contínua da gestão municipal (ASSESSORIA DE IMPRENSA, 2023).

Ele permite comparar o desempenho de diferentes municípios em relação à gestão pública, além de apontar pontos de melhoria e boas práticas. Ele é apurado pela Escala Brasil Transparente (EBT), uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) em parceria com as Secretarias de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC) e de Relações Institucionais (SRI) (ASSESSORIA DE IMPRENSA, 2023).

Os dados base são extraídos de bases secundárias (DATASUS, IBGE, e outras fontes) e receberam tratamento de limpeza e ajustes nas chaves primárias (geralmente utilizando o código IBGE) com intuito de relacionar as diversas tabelas (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2024).

O IGM-CFA é composto por três dimensões: Finanças, Gestão e Desempenho. Cada uma delas compõe-se de diferentes indicadores que medem aspectos como transparência, eficiência, participação social, responsabilidade fiscal e resultados alcançados pela gestão municipal (ASSESSORIA DE IMPRENSA, 2023).

A dimensão finanças avalia a transparência e a responsabilidade fiscal da gestão municipal. Ela é composta por indicadores que mensuram a publicação de informações sobre receitas, despesas, contratos, licitações e outras informações financeiras relevantes para o cidadão (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2024).

A dimensão gestão avalia a eficiência da gestão municipal em relação aos serviços oferecidos à população, sendo composta por indicadores que medem a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde, educação, transporte, meio ambiente, entre outros (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2024).

A dimensão desempenho avalia os resultados alcançados pela gestão municipal em relação aos objetivos definidos no planejamento estratégico, sendo composta por indicadores que medem a execução do orçamento, a redução da mortalidade infantil, o aumento da arrecadação municipal, entre outros (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2024).

Além disso, os municípios são agrupados em clusters de 1 a 8 com base em duas variáveis: população e PIB per capita. O grupo 1 consiste em municípios com até 20 mil habitantes e PIB per capita até R\$ 17.137,17. O grupo 2, até 20 mil habitantes e mais de R\$ 17.137,17. O grupo 3, acima de 20 mil até 50 mil e até R\$ 16.710,51. O grupo 4, acima de 20 mil até 50 mil e mais de R\$ 16.710,51. O grupo 5, acima de 50 mil até 100 mil e até R\$ 23.379,14. O grupo 6, acima de 50 mil até 100 mil e mais de R\$ 23.379,14. O grupo 7, acima de 100 mil e até R\$ 32.336,97. O grupo 8, acima de 100 mil habitante e PIB per capita acima de R\$ 32.336,97 (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2024).

2.4 Análise Espacial Aplicada à Administração Pública

A geografia é uma ciência que busca definir as associações de fatos de maneira sintética, para melhor compreender suas relações complexas. Isso significa entender um

conjunto coerente de manifestações da vida física e humana na superfície do globo. Portanto, é importante delimitar com precisão a extensão dos fenômenos que compõem um meio geográfico, investigar suas causas e consequências e traçar sua evolução (SANTOS, 2013).

No Brasil, os recortes espaciais variam e se sobrepõem, criando desafios para a intersectorialidade das políticas públicas territoriais. Esses recortes refletem a complexidade dos processos e as diferentes abordagens do Estado e da sociedade. A política pública, sendo influenciada por ideologia e política, precisa constantemente se adaptar. As políticas de planejamento regional podem tanto ajustar quanto acentuar divergências setoriais, dependendo de suas prioridades e ações (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Rocha Neto e Borges (2011) introduziram uma nova abordagem na análise espacial aplicada à Administração Pública: a microrregional. Ela avançou em relação às políticas de planejamento regional tradicionais, que atuavam em escalas macro, tem permitido compreender melhor as dinâmicas espaciais e reforça a importância dessas instâncias para o desenvolvimento. No entanto, mesmo em escalas menores, não se capta toda a complexidade dos territórios.

As diferenças espaciais aumentam, com investimentos concentrados em áreas com melhor infraestrutura, perpetuando a seletividade espacial do capital. Políticas de planejamento regional, muitas vezes dissociadas de programas setoriais, não têm alcançado as transformações necessárias (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

3. METODOLOGIA

Realizou-se estudo ecológico do tipo análise espacial do IGM-CFA 2024 em que a unidade de observação (U.O.) foram os municípios brasileiros. Os dados do indicador foram obtidos através do sítio eletrônico: <https://igmexclusivo.cfa.org.br/>. A base de dados espaciais foi coletada no formato *shapefile* do sítio eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhasterritoriais/15774-malhas.html>, correspondente aos municípios brasileiros no ano de 2022.

Realizaram-se a migração do arquivo *shapefile* e a mescla das tabelas de dados do arquivo espacial e do banco de dados do IGM-CFA 2024 por meio do código IBGE de sete dígitos para os *softwares* utilizados. Inicialmente, adicionou-se a variável POLY_ID para criação de arquivo de pesos espaciais. Optou-se pelo peso de contiguidade do tipo rainha com ordem de contiguidade 1. Devido à presença de formações insulares, houve observações sem contiguidade.

A seguir, realizou-se pesquisa de microrregiões através da descrição de relação espacial dos *clusters* (grupos 1 a 8) através de mapa de valores únicos, estatística descritiva da variável IGM-CFA, pesquisa de microrregiões através do mapa dos desvios-padrões do IGM-CFA, pesquisa de microrregiões através da análise de dependência espacial pelo índice de Moran, sumarização dos municípios das microrregiões nos agrupamentos alto-alto e baixo-baixo através de média (μ) e desvio-padrão (σ).

Proximidade espacial foi expressa através de conceitos como divisão regional do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste) e ocidental e oriental segundo a divisão oficial disponível em https://geofp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_nacionais/politico/brasil_grandes_regioes.pdf, onde é possível identificar a rosa dos ventos.

A dependência espacial com o índice de Moran foca nos valores de pares de regiões vizinhas. Utilizando o modelo de vizinhança rainha num tabuleiro de xadrez, tanto fronteiras quanto vértices são considerados contíguos. Os resultados do índice de Moran local são observações similares (Alto-Alto e Baixo-Baixo) e dissimilares (Baixo-Alto e Alto-Baixo). As similares são chamadas de *clusters* e estabelecem relação direta entre si. As dissimilares são observações atípicas ou *outliers* e estabelecem relação inversa entre si (COSTA *et al.*, 2020).

Nesta pesquisa, importaram apenas as observações similares, pois elas são capazes de identificar microrregiões de interesse técnico-científico-informacional. Sobre elas foram realizadas as demais análises.

Devido à distribuição não paramétrica de subgrupos, utilizou-se o teste de U de Mann-Whitney para comparar medianas e seus intervalos interquartílicos ($\tilde{\mu} \pm IIQ$) para o IGM-CFA e para suas três dimensões. Calculou-se o coeficiente de correlação de

Spearman (ρ) entre PIB *per capita* e IGM-CFA, com o objetivo de estabelecer associação entre desenvolvimento socioeconômico e a governança municipal.

Testou-se a normalidade através do teste de Kolmogorov-Smirnov, em que se aceitaria distribuição normal se valor-p fosse maior de 0,05. Foi utilizado como pressuposto para cálculo do índice de Moran e para comparação entre os agrupamentos alto-alto e baixo-baixo. Valores de ρ com valor-p menor de 0,05 foram considerados estatisticamente significantes.

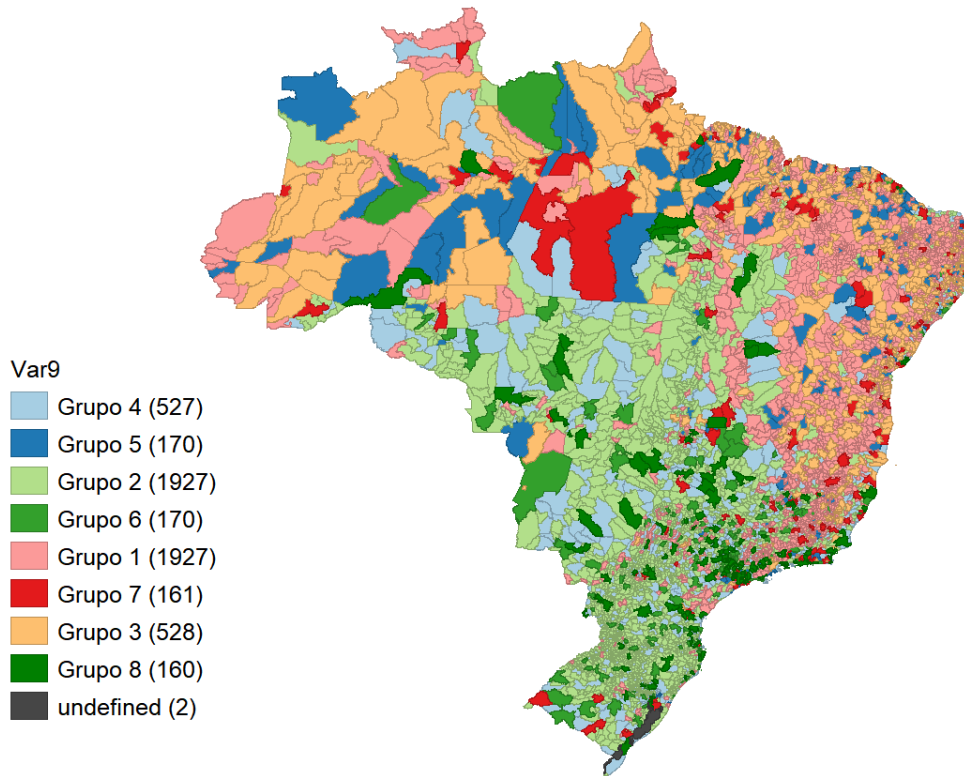
Os cálculos foram realizados sobre censo. O nível de significância foi $\alpha = 5\%$. O valor-p calculado foi bicaudal. Utilizaram-se os *softwares* GeoDa 1.20.0.36 de 12 de fevereiro de 2023 e MedCalc 22.032. Por se tratar de dados públicos, esta pesquisa não foi submetida ao Conselho de Ética em Pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Enumeraram-se 5.572 U.O. correspondentes aos municípios. O gráfico de conectividade e o histograma revelaram duas unidades de observação sem contiguidade. Houve um máximo de 23, uma média de 5,92 e uma mediana de seis vizinhos por U.O.

A descrição de relação espacial dos clusters revelou que há microrregiões de municípios para todos os grupos do IGM-CFA. A microrregião correspondente aos grupos 1 e 3 concentraram-se orientalmente nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, a microrregião dos grupos 6, 7 e 8 concentraram-se ocidentalmente no Centro-oeste, Sudeste e Sul do Brasil (Figura 1). Isto indica uma relação entre proximidade espacial dos municípios com semelhanças de tamanho populacional e PIB per capita semelhante ao observado por Rocha Neto e Borges (2011).

Figura 1 - Distribuição espacial dos municípios segundo o grupo de classificação no índice de governança municipal do Conselho Federal de Administração (2024).



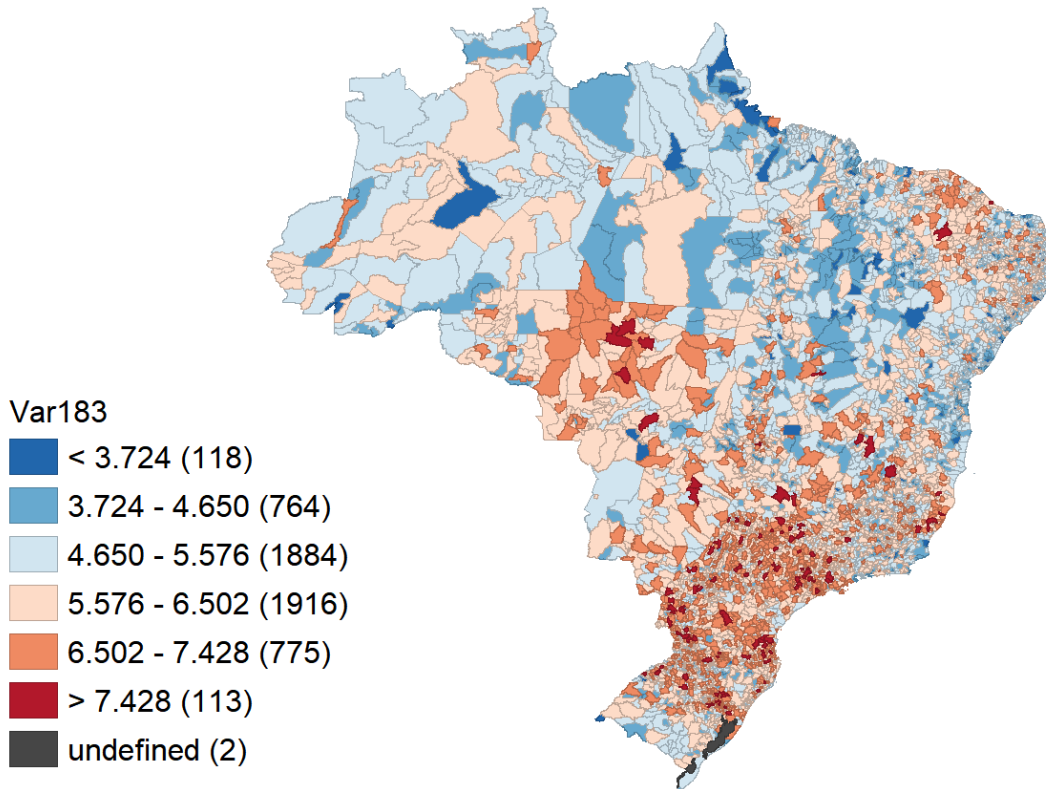
Fonte: Conselho Federal de Administração (2024).

Nota: Var9 significa grupos do IGM-CFA (2024).

O menor valor de IGM-CFA das U.O. foi 1,69, o maior valor foi 8,46, expressando $\mu = 5,57$, $\sigma = 0,92$, mediana = 5,58, IIQ = 1,26, aceitando distribuição normal (teste de Kolmogorov-Smirnov, $D = 0,007$ e valor- $p > 0,10$).

A descrição de relação espacial dos desvios-padrões (σ) do IGM-CFA revelou que as U.O. com $\geq +2\sigma$ concentraram-se no Sudeste e Sul do Brasil assim como as U.O. $\leq -2\sigma$ concentraram-se no Norte e Nordeste do Brasil (Figura 2). Isto corrobora a associação entre práticas de governança municipal com proximidade espacial de municípios, semelhante às políticas públicas de desenvolvimento regional (ROCHA NETO; BORGES, 2011).

Figura 2 - Distribuição espacial dos municípios segundo desvio-padrão do índice de governança municipal do Conselho Federal de Administração (2024)

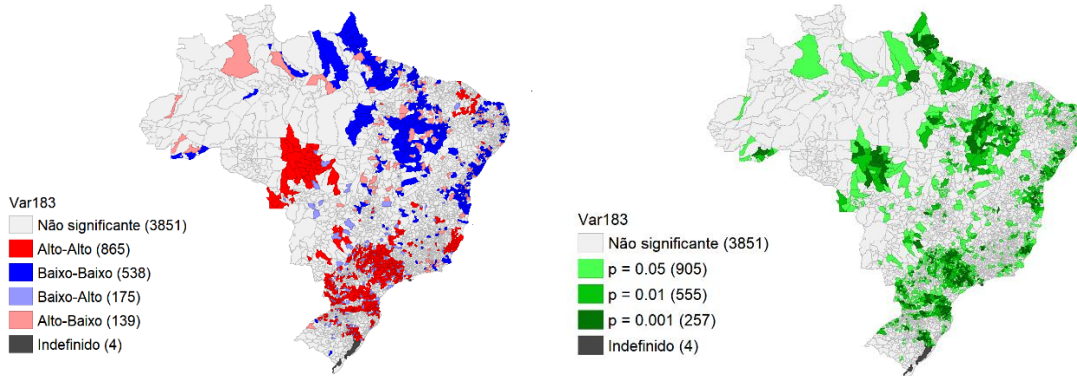


Fonte: Conselho Federal de Administração (2024).

Nota: Var183 significa IGM-CFA (2024).

A análise de dependência espacial revelou um índice de Moran = 0,319 (valor de pseudo-p = 0,0001), ou seja, há observações similares com desempenho semelhante no IGM-CFA. O índice de Moran local revelou que o agrupamento Alto-Alto ocorreu mais no Sudeste e Sul do Brasil e o agrupamento Baixo-Baixo ocorreu mais no Norte e Nordeste do Brasil (Figura 3). Isto sinaliza que municípios próximos nessas microrregiões são mais parecidos no seu desempenho no IGM-CFA que municípios distantes entre si conforme afirma a primeira lei da geografia ou lei de Tobler (VIEIRA, 2009).

Figura 3 - Análise de dependência espacial através do índice de Moran local sobre o índice de governança municipal do Conselho Federal de Administração para 2024.



Fonte: Conselho Federal de Administração (2024).

Nota: Var183 significa IGM-CFA (2024).

A sumarização do IGM-CFA e de suas dimensões para o agrupamento Alto-Alto revelou valores médios muito próximos entre os clusters, assim como houve baixa dispersão dos dados (Tabela 1). Isto sinaliza homogeneidade nos índices analisados entre as unidades de observação com melhores práticas de governança municipal, conforme afirma a primeira lei da geografia aplicada às ciências sociais aplicadas (VIEIRA, 2009).

Tabela 1 - Sumarização do índice de governança municipal para 2024 e suas dimensões nos municípios do agrupamento Alto-Alto

<i>Cluster</i>	Agrupamento Alto-Alto (n)	IGM ($\mu \pm \sigma$)^a	Finanças ($\mu \pm \sigma$)^a	Gestão ($\mu \pm \sigma$)^a	Desempenho ($\mu \pm \sigma$)^b
Grupo 1	94	6,50±0,61	5,79±1,09	6,87±0,90	6,83±1,11
Grupo 2	405	6,41±0,56	5,83±1,14	7,10±0,92	6,29±1,00
Grupo 3	17	6,63±0,64	5,78±1,30	6,56±0,88	7,55±0,98
Grupo 4	161	6,73±0,60	6,02±1,20	6,88±0,83	7,30±0,92
Grupo 5	15	6,43±0,54	5,58±1,15	6,56±0,86	7,15±1,09
Grupo 6	61	6,71±0,61	6,20±1,43	6,65±0,94	7,26±1,03
Grupo 7	27	6,82±0,47	6,21±1,06	6,86±1,00	7,41±0,86
Grupo 8	85	6,78±0,59	6,09±1,27	7,00±0,84	7,25±1,02
Total	865	6,55±0,60	5,92±1,19	6,96±0,91	6,78±1,11

Fonte: Conselho Federal de Administração (2024).

Nota: ^a Rejeita-se a normalidade pelo teste de Kolmogorov-Smirnov; ^b aceita-se a normalidade pelo teste de Kolmogorov-Smirnov. IGM: índice de governança municipal; μ : média; σ : desvio-padrão; n: contagem.

A sumarização do IGM-CFA e de suas dimensões para o agrupamento Baixo-Baixo revelou valores médios muito próximos entre os clusters, assim como houve baixa dispersão dos dados (Tabela 2). Assim como no caso anterior, isto sinaliza homogeneidade nos índices analisados entre as unidades de observação com piores práticas de governança municipal, em obediência à primeira lei da geografia (VIEIRA, 2009).

Tabela 2 - Sumarização do índice de governança municipal para 2024 e suas dimensões nos municípios do agrupamento Baixo-Baixo

<i>Cluster</i>	Agrupamento Baixo-Baixo (n)	IGM ($\mu \pm \sigma$)^a	Finanças ($\mu \pm \sigma$)^a	Gestão ($\mu \pm \sigma$)^a	Desempenho ($\mu \pm \sigma$)^a
Grupo 1	273	4,63±0,65	4,04±1,10	5,41±1,08	4,43±1,02
Grupo 2	91	4,46±0,63	4,08±1,06	5,52±1,06	3,79±1,04
Grupo 3	92	4,87±0,51	3,71±1,03	5,73±1,02	5,18±0,82
Grupo 4	23	4,47±0,75	3,84±1,19	5,83±1,03	3,75±0,96
Grupo 5	28	4,75±0,75	4,10±1,56	5,51±1,15	4,63±0,84
Grupo 6	6	4,20±0,65	3,99±0,67	5,11±1,13	3,51±0,86
Grupo 7	16	4,80±0,50	4,24±0,81	5,80±1,18	4,37±0,97
Grupo 8	9	4,55±0,40	4,63±1,12	5,88±0,60	3,12±0,67
Total	538	4,64±0,64	4,00±1,12	5,52±1,08	4,40±1,08

Fonte: Conselho Federal de Administração (2024).

Nota: ^a Rejeita-se a normalidade pelo teste de Kolmogorov-Smirnov; ^b aceita-se a normalidade pelo teste de Kolmogorov-Smirnov. IGM: índice de governança municipal; μ : média; σ : desvio-padrão; n: contagem.

Ao comparar os agrupamentos Alto-Alto e Baixo-Baixo quanto ao IGM-CFA e às suas dimensões, observou-se que eles tiveram diferença mediana estatisticamente significativa em todos os cenários (Tabela 3). Isto sinaliza diferenças espaciais nas práticas de governança municipal, sugerindo aspectos socioantropológicos e ambientais em gestão pública partilhados entre municípios mais próximos entre si (LEÃO et al., 2020).

Tabela 3 - Comparação entre os agrupamentos Alto-Alto e Baixo-Baixo da dependência espacial do índice de governança municipal e suas dimensões.

Variável	Agrupamento	Mediana ($\tilde{\mu} \pm IIQ$)	Diferença mediana de Hodges Lehmann	U de Mann- Whitney (teste Z)	Valor-p bicaudal
IGM-CFA	Alto-Alto	6,49±0,85		0 (-31,5)	<0,0001
	Baixo-Baixo	4,75±0,86	-1,83		
Finanças	Alto-Alto	5,72±1,76		47.567,5 (-25,1)	<0,0001
	Baixo-Baixo	4,12±1,25	-1,77		
Gestão	Alto-Alto	6,99±1,32			
	Baixo-Baixo	5,61±1,47	-1,40	72.108 (-21,7)	<0,0001
Desempenho	Alto-Alto	6,78±1,65			
	Baixo-Baixo	4,46±1,51	-2,37	29.544,5 (-27,5)	<0,0001

Fonte: Conselho Federal de Administração (2024).

Nota: $\tilde{\mu} \pm IIQ$ significa mediana e intervalo interquartil. IGM-CFA: índice de governança municipal.

Houve correlação positiva entre IGM-CFA e PIB per capita ($\rho = 0,264$, valor-p < 0,0001). No agrupamento Baixo-Baixo, não houve correlação entre esses indicadores ($\rho = -0,07$, valor-p = 0,07). No Alto-Alto, houve correlação positiva ($\rho = 0,146$, valor-p < 0,001). Portanto, existe uma associação entre governança municipal e PIB per capita no Brasil. Segundo Marino et al. (2016), os mecanismos de governança impactam de forma positiva a taxa de crescimento do PIB e que a implementação de mecanismos anticorrupção aceleram os índices de desenvolvimento socioeconômico devido à adoção de boas práticas de governança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, há microrregiões de governança municipal. Municípios com menores população e PIB per capita concentram-se nas regiões Norte, Nordeste e parte do Sudeste. Municípios com maiores população e PIB per capita concentram-se nas regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste. Existe dependência espacial do IGM-CFA, determinando aglomerados de municípios que partilham práticas de governança municipal. Observou-se que quanto maior o IGM-CFA, maior é o PIB per capita. Isto indica que, nessas microrregiões, a governança municipal pode explicar o desenvolvimento socioeconômico.

Este estudo inovou na utilização de análise espacial em ciências sociais aplicadas através do IGM-CFA 2024, permitindo detectar microrregiões com boas práticas de governança e microrregiões que precisam de intervenção de gestores públicos para melhorar seus indicadores.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rafael Lara Mazoni. Governança municipal no Brasil contemporâneo: crise, desafios e possibilidades. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 12–24, 2018.

ASSESSORIA DE IMPRENSA. *Índice de Governança Municipal: entenda o que é e como funciona*. Disponível em: <https://blog.1doc.com.br/indice-de-governanca-municipal/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

AZEVEDO, Clovis Bueno de; BURGOS, Fernando. Qualidade na gestão pública? *GV-EXECUTIVO*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 42–45, 30 abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.12660/gvexec.v13n1.2014.21423>.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, [Internet], n. 45, p. 49–95, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. *Diagnóstico Brasil IGM-CFA 2023*. Brasília: CFA, 2024. Disponível em: <https://igm.cfa.org.br/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

COSTA, Djalma Ribeiro *et al.* Taxa de mortalidade infantil no Piauí e determinantes sociais. *Revista de Administração em Saúde*, 30 set. 2020. v. 20, n. 80. Disponível em: <https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/250/352>. Acesso em: 29 jul. 2024.

COSTA, Lígia Maura; BETIOL, Luciana Stocco; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Combatendo a corrupção. *GV-EXECUTIVO*, São Paulo, v. 21, n. 3, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/86836/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Movimento das Políticas Públicas Baseadas em Evidências: uma radiografia crítica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [Internet], v. 1, n. 97, p. 1–14, 2022. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/577>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Globalização e urbanização subdesenvolvida. *São Paulo em Perspectiva*, [S.I.], v. 14, n. 4, p. 10-20, out. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392000000400003>.

LEÃO, Lucas *et al.* Indicador de desenvolvimento institucional municipal: impactos sobre a economia dos municípios brasileiros. *Estudos Econômicos*, out. 2020. v. 50, n. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/yFp8f8p9HYMGHhvG6PyrTqy/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MARINO, Pedro de Barros Leal Pinheiro *et al.* Indicadores de governança mundial e sua relação com os indicadores socioeconômicos dos países do Brics. *Revista de Administração Pública*, out. 2016. v. 50, n. 5, p. 721-744. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/V6FpBmNYVrry5FzrxsD6b8F/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MARKETING PLENUS. *Governança municipal, você já ouviu falar sobre isso? – Plenus Gestão Pública – Blog*. Disponível em: <https://www.plenussistemas.com.br/blog/governanca-municipal-voce-ja-ouviu-falar-sobre-isso/#:~:text=Governan%C3%A7a%20Municipal%20%C3%A9%20o%20termo>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ROCHA NETO, João Mendes da; BORGES, Djalma Freire. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. *Revista de Administração Pública*, [S.I.], v. 45, n. 6, p. 1639-1654, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122011000600002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/L3QrkLvrWgB4ccMdrfX8SsC/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RODRIGUES, Luenia da Silva; ESPANHOL, Joanita Araújo; GUZZO, Mauriceia Soares Pratissoilli. Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA): Um Estudo sobre o Município de Colatina/ES. *Revista Ifes Ciência*, [Internet], v. 6, n. 1, p. 1-23, abr. 2021. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/851/TCC_%C3%8DNDICE_%20CFA_%20DE_%20GOVERNAN%C3%87A_%20MUNICIPAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 ago. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ACKERMANN, Maria das Graças Grossi. Considerações sobre o fenômeno urbano no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, [S.I.], v. 13, n. 1, p. 83-90, mar. 1973. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901973000100008>.

SANTOS, Milton. Meio Técnico-científico-informacional e Urbanização do Brasil. In: SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo - SP: Edusp, 2013. Cap. 13.

TEIXEIRA, Alex Fabiane.; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. *Rev. Serv. Público*, [Internet], v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. Disponível em:



CONEPA
CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES
E PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

11ª Edição 2024 | 29 e 30 de novembro de 2024

Fortaleza, Ceará (Região Nordeste)

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089/2325>. Acesso em: 7 nov. 2023.

VIEIRA, Rodrigo de Souza. *Crescimento econômico no estado de São Paulo: uma análise espacial* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 103 p. ISBN 978-85-7983-013-6. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org> . Acesso em: 29 jul. 2024.